



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Quem cala consente

O fato de o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, poder ficar calado na CPI da Covid não significa que o fará, e nem que irá se livrar do constrangimento durante o depoimento da próxima semana. Até porque, avaliam senadores, se ele não responder, ouvirá calado uma saraivada de discursos contra a sua gestão, uma vez que, na comissão, o governo não tem maioria.

Devagar com o andor

O elenco de projetos que o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), coloca em pauta, atendendo aos pedidos do governo, não devem ter a mesma velocidade no Senado. A tendência é de que os senadores tenham mais tempo para avaliar as propostas, inclusive o projeto que flexibiliza o licenciamento ambiental.

Se demorar, a pressão vai aumentar

A corrida na Câmara foi para que a flexibilização do licenciamento seja sancionada ainda neste semestre, a fim de evitar as pressões que virão, depois da metade do ano, com o fórum mundial de Bioeconomia, que será sediado em Belém, e a Cop26, em Glasgow, na Escócia. Nesses dois eventos, a avaliação é a de que o Brasil será muito cobrado em relação às medidas de preservação ambiental.

DEM caminha para Bolsonaro

Com duas desfiliações importantes — o vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, e o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia —, a ala do Democratas aliada ao presidente Jair Bolsonaro começa a ganhar mais fôlego dentro do partido.

ACM prefere esperar

Embora o presidente do partido, ACM Neto, esteja rouco de tanto afirmar que só tratará de 2022 em 2022, os bolsonaristas incluem desde já a legenda no rol daquelas que vão apoiar a reeleição do presidente.

A cavalaria de Bolsonaro

As manifestações programadas para hoje vêm no sentido de mandar um recado à CPI da Covid — algo do tipo: se mexer com o presidente Jair Bolsonaro, terá “pólvora”. A ideia é ir para cima do relator da comissão de inquérito, Renan Calheiros (MDB-AL). A aposta dos governistas é a de que, no passado, o governo conseguiu tirar a Presidência do Senado das mãos de Renan e eleger Davi Alcolumbre (DEM-AP). Agora, pode perfeitamente repetir a dose e tentar retirar Renan da relatoria.



CURTIDAS

Mais uma vice na roda/

Depois da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves, foi a vez da ministra da Agricultura, Tereza Cristina (foto), entrar no rol das possíveis vices de Bolsonaro na campanha reeleitoral. É um jeito de tentar amarrar o agro ao governo. Esse segmento ainda apoia o presidente, mas uma parte prefere outro projeto.

Por falar em 2022.../ A

Evaristo Sá/AFP



contar pelos ministros que Bolsonaro tem incensado eleitoralmente, a partir de abril do ano que vem será um novo governo, uma vez que a maioria sairá para concorrer a mandatos eletivos.

... alguns resistem/ O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, tem dito a amigos que será exceção nessa lista e não tem pretensões políticas.

Tensão e prevenção/ Não foi por mero acaso que o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) mencionou, esta semana, que é preciso tomar cuidado e colocar um detector de metais na porta, para evitar que qualquer senador entre armado no plenário da CPI da Covid. Ali, muitos estão com medo de que os ânimos acirrados, como foi entre Renan Calheiros e Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), termine levando às vias de fato.

SUPERSALÁRIOS / Executivo atribui o chamado “teto duplex” a uma decisão da Corte, que pode elevar os salários de alguns dos ministros mais próximos de Bolsonaro em até 69%, e que foi respaldada pelo TCU. Mega-aumento contraria discurso de austeridade

Governo empurra para STF

» ROSANA HESSEL
» VERA BATISTA
» ISRAEL MEDEIROS

Diante da repercussão da portaria do Ministério da Economia que criou o teto duplex do funcionalismo, com reajustes de até 69% para ministros próximos do presidente Jair Bolsonaro, o Palácio do Planalto tentou justificar a nova regra. Considerada imoral por especialistas em contas públicas, a medida é vista como contraditória, na contramão do discurso de austeridade fiscal do governo.

Por meio de nota divulgada ontem, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República negou que o presidente tenha reajustado o próprio salário, e ainda alegou que estava respeitando uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo o documento, o governo federal “está apenas adequando-se à decisão do Supremo, respaldada pelo Tribunal de Contas da União (TCU)” para mudar a forma de cálculo das remunerações de servidores aposentados e de militares da reserva que têm vencimentos somados acima do teto do funcionalismo, de R\$ 39,2 mil, e estavam sujeitos ao abate-teto — que desconta o valor excedente. “A decisão do STF determina que servidores que acumulam cargos efetivos (com permissão constitucional, como professores e médicos) não podem ficar sem receber a remuneração integral, dentro do teto, por cada serviço prestado”, justificou a nota da Secom.

De acordo com a Portaria 4.975, publicada no *Diário Oficial da União (DOU)*, o teto do funcionalismo será calculado separadamente para cada rendimento, no caso de servidores aposentados ou militares da reserva que

trabalham para o Executivo — o que permitirá ganhos de até dois tetos, o equivalente a R\$ 78,4 mil por mês. A medida é respaldada em uma decisão do TCU, de 2017, que permite aos servidores que acumulam dois cargos receber os dois salários integralmente. Contudo, técnicos do próprio governo que são contrários à medida lembram que há uma decisão do STF, de agosto de 2020, que decide que o teto remuneratório incide sobre a soma da pensão e remuneração ou aposentadoria. Essa confusão é resultado da falta de uma regulamentação para o vencimento do funcionalismo, prevista na Constituição de 1988.

O especialista em contas públicas e analista do Senado Leonardo Ribeiro também lamentou a falta de uma regulamentação do teto. “Na omissão do Congresso, o Executivo e o Judiciário ocupam o espaço”, definiu. De acordo com Felipe Salto, especialista em contas públicas e diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, a existência dessa portaria mostra um direcionamento do governo para medidas que passam longe da responsabilidade fiscal. “Apesar de a decisão estar ancorada em entendimento do STF sobre essa possibilidade de o teto remuneratório ser aplicado separadamente — e não para o conjunto de aposentadoria e cargo em comissão —, ela cristaliza uma prática contrária ao espírito da responsabilidade fiscal e à necessidade de contenção de despesas”, afirmou.

“Parece haver dois pesos e duas medidas na gestão dos recursos públicos, se lembrarmos que o Orçamento acaba de ser sancionado com cortes importantes nas despesas de custeio de políticas públicas essenciais”, acrescentou.

Wallace Martins/Esp. CB/D.A Press



Decisão do STF que beneficia alguns ministros militares palacianos ensejará novas ações à própria Corte, a fim de que uma decisão final seja tirada

PLs tentam pôr freio na benesse

Tramitam no Congresso cinco projetos de lei para barrar os efeitos da portaria do governo, que cria o chamado teto duplex, e que estão sendo articuladas tanto nos ministérios quanto no Legislativo pelos servidores ativos da União. Além disso, já começa a aumentar a pressão, dentro do Parlamento, para a judicialização da questão, uma vez que partidos de todos os espectros ideológicos consideram que acumular dois salários integralmente, num período de pandemia com crise econômica e desemprego crescente, é uma afronta à sociedade.

Um desses projetos foi apresentado pelo deputado federal

Túlio Gadêlha (PDT-PE), na última quinta-feira, quando veio à tona a publicação da Portaria 4.975, do Ministério da Economia. O dispositivo eleva salários de alguns dos ministros mais próximos do presidente Jair Bolsonaro em até 69%, a partir já do próximo mês.

“Não podemos aceitar que o Executivo federal ignore o cenário atual de contenção de gastos públicos e de pandemia, e reajuste seu próprio salário e o dos seus ministros acima do teto constitucional de R\$ 39,2 mil por mês”, explicou Gadêlha.

Segundo fontes do Congresso, a questão vai voltar para o Supre-

mo Tribunal Federal a fim de que se pacifique a questão. A tese é de que, embora o Tribunal de Contas da União (TCU) tenha autorizado, com base na determinação do STF, não há uma decisão final. “A portaria é uma estratégia fácil de ser derrubada porque não há unanimidade, e a permissão do STF era apenas para médicos e professores. O problema é que, depois de pago, o dinheiro, mesmo que seja suspenso, não retorna aos cofres públicos”, disse um servidor, que atua para a derrubada do texto duplex.

O impacto para os cofres públicos apontado pelo Ministério da Economia, de R\$ 66 milhões,

também é visto como uma tentativa de minimizar a má repercussão da medida, por estar abaixo de algumas estimativas iniciais. Conforme dados do Centro de Liderança Pública (CLP), o prejuízo para o contribuinte será maior: de até R\$ 180 milhões neste ano. “Além de incoerente e mais oneroso para o erário, isso obsta o arejamento nos cargos comissionados. Servidores já aposentados não necessariamente agregam maior produtividade e acabam por manter uma lógica pouco inovadora na gestão pública”, comentou uma fonte do Judiciário, que é contra a interpretação do STF (VB e RH)